

Formas de tratamento: item gramatical no ensino do Português Língua Materna

Isabel Margarida Duarte

iduarte@letras.up.pt

*Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Centro de Linguística da Universidade do Porto*

O conhecer precede e condiciona o agir

Fernanda Irene Fonseca

0. Introdução

As formas de tratamento são, em português, um item de reconhecida dificuldade, não só no que concerne à sua tradução para outras línguas, mas também no que diz respeito ao ensino da língua, quer enquanto língua estrangeira quer enquanto língua materna.

No que toca à tradução e só para verificarmos, de passagem, as dificuldades que as formas de tratamento colocam¹, veja-se o exemplo eloquente retirado da tradução francesa² de *O Ano da Morte de Ricardo Reis* (1984), de José Saramago, em que a primeira ocorrência de “Vossa Senhoria” se transforma em “Diable”, a segunda é traduzida por “Monsieur” e a terceira desaparece:

Que ajuntamento é este, **senhor guarda**³, e o agente de autoridade responde com deferência, vê-se logo que o perguntador está aqui por um acaso, É o bodo do Século, Mas é uma multidão, Saiba **vossa senhoria** que se calculam em mais de

¹ A ambiguidade gerada pela tradução pouco adequada das formas de tratamento do português para o castelhano é referida por Pere Comellas (2008: 109), que comenta um exemplo bem ilustrativo.

² Utilizo a tradução de Claude Fages, *L'année de la mort de Ricardo Reis*, Paris, Éditions du Seuil, 1988, coll. Points.

³ Sublinhados nossos no original e na tradução.

mil os contemplados, [...], Muito obrigado pelas suas informações, **senhor guarda**, Às ordens de **vossa senhoria**, passe **vossa senhoria** por aqui, [...] (p. 69).

Cet attroupeement, qu'est-ce donc, **monsieur l'agent**, et le représentant de l'autorité répond avec déférence, il est évident que l'homme qui l'interroge est ici par hasard, Ce sont les bonnes œuvres du *Seculo*. Quelle foule. **Diable**, vous savez, on estime qu'il y a plus de mille personnes ici. [...] (p.68) Merci beaucoup pour ces informations, **monsieur l'agent**. Je vous en prie, **monsieur**, tenez, passez par là, [...] (p. 69).

Quanto ao seu ensino para estudantes estrangeiros, as formas de tratamento são referidas, desde longa data, como um item a merecer particular atenção, como se pode confirmar pelas informações de Ponce de León (2008) sobre a *Gramática Elemental de la Lengua Portuguesa* (Heidelberg, 1911), de Francisco Carrillo Guerrero, onde os comentários sobre as formas de tratamento em Português, diferenciando a variante europeia da que se falava no Brasil, atestam a complexidade da sua aprendizagem, aumentada pela existência de diferenças notórias nas duas variantes, já à época da publicação da gramática. Vale a pena transcrever uma das citações do autor espanhol:

El "usted" castellano [se traduce en Portugal] por *Vossa Excellencia* [...]: ó por *Vossa Senhoria* [...], en plural *Vossas Excellencias* ó *Vossas Senhorias*, usando el verbo en 3ª persona del singular ó del plural. En el Brasil se traduce "usted" por *Vossa Mercê* [...] del que se ha formado en el trato familiar *Vossmecê* y *Vozê*, y en ambos países se dice el *o senhor, a senhora*; ej: *que diz o senhor?* ¿Qué dice V.? Por consiguiente ¿Tiene V.? Se traduce por *Tem V.M^{ce} ó V. S^a?* [...] El tutearse no se usa sino en el trato íntimo, y no siempre. El tratamiento puede preceder ó seguir al verbo: *o senhor deseja, tem, está...?* etc (Carrillo Guerrero, 1911: 41-42, apud Ponce de León, 2008: 121-122).

Não é por acaso que vários estudos sobre esta problemática foram feitos por docentes e especialistas do ensino do Português língua estrangeira, e/ou por investigadores estrangeiros (cf. Carreira (1997, 2001, 2002, 2004, 2007), Hamermueller (2004), entre outros), mas sim dada a complexidade de que a sua aprendizagem se reveste para os falantes não nativos.

A questão ganha, a nossa ver, em ser tratada tendo em conta os princípios reguladores da interacção discursiva, tal como os entende a Pragmática Linguística. Nas formas de tratamento cruzam-se questões linguísticas e não linguísticas, o princípio de cortesia, a adequação ao destinatário, a necessidade de não ameaçar a sua face (cf. Goffmann). O locutor tem de ter em conta, ao dirigir-se ao alocutário, as diferenças sociais, de idade, a proximidade ou a

distância da relação, a formalidade ou informalidade da situação discursiva, isto é, o conjunto dos papéis sociocomunicativos de um dado acontecimento interaccional. Por regularem as relações intersubjectivas, as formas de tratamento permitem perceber a subjectividade enunciativa, e através delas se valoriza positiva ou negativamente o alocutário. São atravessadas pela atitude subjectiva do locutor, o respeito pelas convenções sociais, os sentimentos em relação àquele com quem se fala e o lugar que se lhe atribui.

Pode dizer-se das forma de tratamento o que Catherine Détrie escreve mais especificamente sobre a apóstrofe, acentuando o seu carácter intersubjectivo: « manifestation explicite de la nature pulsionnelle de l'activité langagière, tournée vers l'autre du *je*, l'apostrophe ancre la parole dans un espace émotionnel et intersubjectif, la production langagière se construisant dans la présence de l'autre, qu'elle discrimine. » (2006 : 187).

As formas de tratamento, como as formas de delicadeza em geral, são peças fundamentais na regulação da relação interpessoal. Carreira fala, a propósito do seu uso, de « modalização interlocutiva» (Carreira, 2001 : 51), perguntando: «De quels moyens verbaux de modalisation disposent les sujets parlants d'une langue, pour réguler leur distance interlocutive?» (45-46). As formas de tratamento são, justamente, um desses meios, porque fazem parte das normas que regulam a interação linguística. Mostram «[...] l'intersubjectivité coénonciative en la soulignant, en la mettant au premier plan» (Détrie, 2006: 194).

Carreira sublinha «la complexité de la tripartition du portugais, dont le paradigme, très vivant, permet de manifester des nuances dans la désignation de l'allocutaire et, par ce biais, de réguler la relation interlocutive.» (Carreira, 2007 : 15).

As formas de tratamento podem ser, como sabemos, nominais, pronominais e verbais. Na alocação, em PE, a 2ª pessoa usa-se em contexto de proximidade social ou familiar e os locutores utilizam, normalmente, a 3ª pessoa para se dirigirem ao alocutário. Nas situações mais formais e nos usos mais próximos da norma, utiliza-se a forma nula de sujeito, ou seja, o locutor dirige-se ao alocutário na 3ª pessoa sem o pronome “você”, ou com formas de tratamento nominais como “o senhor”, “ a senhora”, o título profissional, o nome do alocutário precedido de artigo definido, etc: «[...] il est possible de nuancer le vouvoiement grâce à une multiplicité de formes qui combinent différemment le prénom, le nom, les termes de déférence, les titres (professionnels, dans la plupart des cas)». (Carreira, 2001 : 55). No plural, combina-se « vocês » e / ou « os senhores » / « as senhoras » (consoante a formalidade da relação e da situação interlocutiva) com a 3ª pessoa do plural e muito mais raramente com

« vós », a 2ª pessoa do plural, cada vez menos usada e sobretudo só em certas variedades diatópicas.

A complexidade deste item seria ainda maior se considerássemos as duas principais variedades do Português, uma vez que, entre o PB⁴ e o PE, há notórias diferenças que, para um falante estrangeiro, são de difícil compreensão. Mas, mesmo limitando a reflexão ao PE, ela tem de ter em conta as variedades diatópicas e diastráticas, nomeadamente no que toca a formas de deferência e ao uso de *você*. Como Carreira (2007) mostrou, é talvez neste emprego que mais instabilidade se nota não só do ponto de vista diacrónico (cf. Cintra, 1972) mas também sincrónico, sendo compreensível a flutuação verificada nos nossos dias, uma vez que se relaciona com a mudança constante das relações sociais entre os falantes e ela foi rápida em Portugal, nas últimas décadas, como, aliás, noutros países. Veja-se a evolução atestada para “o português brasileiro das grandes metrópoles” (Silva, 2008: 185), no mesmo sentido de uma crescente proximidade entre os interlocutores, no que tange ao uso das formas de tratamento. Da “indeterminação ritual da sociedade portuguesa” nos tempos recentes se ocupa o artigo de Gouveia (2008)⁵, significativamente intitulado “As dimensões da mudança no uso das formas de tratamento em português europeu”. Segundo este autor (Gouveia, 2008: 97),

As dimensões da mudança são as referentes a uma outra visão do outro, a uma outra visão de nós próprios, em que as relações interpessoais se constroem contextualmente a partir de uma base de maior igualdade em termos de estatuto entre os actores sociais.

Num contexto global marcado pela mudança e a instabilidade, mais complexas se tornam as tarefas quer de estudar e investigar, quer de ensinar o sistema das formas de tratamento em português.

1. Formas de tratamento e ensino do Português Língua Materna

⁴ No que concerne ao PB, veja-se o artigo de Luiz Antônio da Silva (2008) que, à luz dos princípios da cortesia verbal, estuda as formas brasileiras *você / o senhor* e a evolução recente dos seus empregos, sobretudo analisando a fala dos grandes centros urbanos.

⁵ Dela dá conta também o excerto de uma crónica de Miguel Esteves Cardoso que transcrevemos: “Nem no Japão a complicação é tanta como em Portugal. Aqui o culto obsessivo das formas de tratamento levou à maior das confusões. Das 32 [cartas] que me escreveram, só duas se me dirigem da mesma maneira («Exmo Sr. Miguel Esteves Cardoso»). As trinta restantes apresentam uma variedade complexa que reflecte a indeterminação ritual da sociedade portuguesa em fins do século XX. (Cardoso, 1988)”.

Apesar de, como afirma Gouveia (2008: 97), estarmos “presentemente a sofrer as transformações da passagem de um sistema de face e solidariedade de base hierárquica e deferencial para um sistema de base igualitária e de envolvimento”, somos convictamente a favor da aprendizagem, no Ensino Básico, das formas de tratamento da variedade designada por português padrão, por o seu desconhecimento dar azo a mal entendidos e penalizações escolares e sociais de vários tipos, pois um emprego desadequado deste recurso da regulação da interacção pode parecer uma ameaça à face do interlocutor. A intuição e a opinião pública dizem-nos que os jovens não sabem utilizá-las convenientemente (cf. texto de Isabel Hub Faria in *Público*, 18 /01/ 2006).

Costa (2008: 164) refere a necessidade de se ensinar gramática nos Ensinos Básico e Secundário entre outras razões também para se resolver, com mais eficácia, no âmbito do aprofundamento da competência de produção oral, o problema do uso inadequado das formas de tratamento:

Um outro aspecto básico da oralidade reside no domínio das formas de tratamento. Tradicionalmente, ensinam-se as diferenças entre pronomes formais e informais (“você” vs “tu”), mas não se explicita que o uso mais formal implica o uso da forma nula do pronome na posição de sujeito. A explicitação das formas pronominais associadas a diferentes funções sintácticas e, em particular, a descrição dos contextos em que um sujeito pode ser nulo possibilitam, assim, a formulação de uma regra simples que permitirá a adequação das diferentes formas pronominais a diferentes contextos discursivos.

Para não nos limitarmos a intuições impressionistas, realizámos um pequeno trabalho exploratório, que partiu da aplicação de um conjunto de 6 exercícios propostos a 104 alunos de 4 turmas do 9º ano de escolaridade, com uma média de idades de 14,06⁶: duas turmas são de uma escola implantada numa zona rural, frequentada por alunos oriundos de famílias com muito baixa escolarização e pertencentes à classe média baixa (escola A)⁷ e as restantes são de uma escola urbana de prestígio, localizada numa zona residencial nobre do Porto, com pais

⁶ O desvio padrão é de .725. Os mais novos têm 13 anos e os mais velhos 16. Agradeço à Teresa Santos Silva o tratamento e validação dos dados em SPSS.

⁷ A caracterização desta Escola, numa zona rural do distrito do Porto, pode ser lida no relatório de avaliação respectivo na página da IGE, em <http://www.ige.min-edu.pt>. De lá retirámos o seguinte excerto: “No que concerne a habilitações académicas das famílias, a grande maioria da população possui baixos níveis de escolarização, reflectindo-se esta realidade na pouca valorização da escola e na reduzida disponibilidade para acompanhamento dos educandos. Aproximadamente 63% dos

com escolarização elevada (quase sempre de nível Superior) e pertencentes à classe média e média alta (escola B)⁸.

O teste era composto por três questões de resposta redigida e três de escolha múltipla e procurou permitir fazer um levantamento exploratório de algumas dificuldades de emprego das formas de tratamento que decorrem, entre outros motivos, do facto de a sociedade actual ser menos hierarquizada do que, por exemplo, quando Cintra (1972) estudou o assunto, ou seja, da instabilidade linguística decorrente das mudanças sociais (Gouveia, 2008), da eventual influência do PB, do castelhano e do inglês, mais “igualitários” do que o PE, da pouca atenção da escola aos usos mais formais da língua. Temos consciência, bem entendido, de que este estudo exploratório exige continuação e aprofundamento, bem como a combinação dos itens usados no teste com outras tarefas que permitam cruzar dados e assim compreender a complexidade dos factores em causa, de modo a poder intervir mais direccionada e proficuamente na escola.

Análise de alguns resultados

a. Três questões de redacção a partir de uma instrução, onde é mais palpável a diferença entre as escolas:

Escola A

Nota-se, aliás em ambas as escolas, uma preocupação quase generalizada de os alunos adequarem correctamente a forma como se dirigem ao seu interlocutor não só às características deste, mas também à finalidade do acto discursivo, no caso em apreço um acto de pedido, em que o locutor está numa posição interactiva baixa em relação ao seu alocutário. Há ainda a ter em conta o reforço desta distância entre os interlocutores, por o locutor ser mais novo e o alocutário ser, pelo menos no terceiro exercício proposto, o professor.

Iremos passar em revista as marcas dessa deferência procurada, mesmo quando a forma de tratamento não é adequada, chamado a atenção para factores

encarregados de educação têm como escolarização o 1º Ciclo do Ensino Básico e enquanto os homens são essencialmente operários, as mulheres dividem-se entre os empregos nas fábricas e o trabalho doméstico sendo este maioritário. O número de alunos que beneficia de auxílio económico no âmbito da Acção Social Escolar ronda os 50% e reflecte as necessidades económicas das famílias.”

⁸ Excerto da caracterização do relatório da Avaliação Externa das Escolas (ver <http://www.ige.min-edu.pt>), no que diz respeito à escola B, situada numa zona habitacional nobre da cidade do Porto: “O nível socioeconómico e social da maioria dos alunos é alto, como é patente pelo perfil académico e profissional dos pais, havendo, no entanto, alunos de todos os estratos sociais. Os apoios, no âmbito da Acção Social (ASE) escolar, são para um número muito baixo de alunos, necessariamente.”

que podem ter facilitado esta busca de adequação discursiva:

- a. o facto de os docentes da escola em causa estarem a fazer um trabalho correcto na aula de Língua Portuguesa;
- b. o facto de, em zona rural, os alunos revelarem comportamentos de deferência mais acentuados em relação aos que consideram seus superiores do que em meio urbano.

Assim, com raras excepções que a seu tempo referiremos e contrariamente às nossas expectativas, (1) *a forma de tratamento é quase sempre adequada ao destinatário* do discurso (uma funcionária da escola, uma empregada dos correios e a professora de Língua Portuguesa), indiciadora de respeito, da consciência da assimetria de posições discursivas dos locutor e alocutário.

(2) Em quase todas as respostas, os alunos utilizam a indirectão como forma de delicadeza, ou de atenuação do acto de pedido e da eventual ameaça da face do destinatário: “importa-se de...?”. É pois frequente o uso de verbos modais (sobretudo *poder*), da pergunta enquanto acto indirecto de pedido, bem como do futuro como modalizador / atenuador: “será que me podia emprestar” ou “será que não se importaria de me emprestar”. Há uma altíssima frequência do uso do imperfeito e sobretudo do condicional de delicadeza, de que decorre uma utilização errada da mesóclise na quase totalidade dos testes, questão que não vem a propósito do tema, mas merece a nossa atenção...: “*Poderia-me emprestar cola, se faz favor?*”⁹ Só em dois casos os alunos usam “empreste-me” no conjuntivo, sem qualquer atenuação do acto de pedido.

(3) Uso muito frequente do atenuador do acto de pedido que se relaciona com um “código de boas maneiras”, a saber “se faz favor”, “por favor” e “se faz o favor” a encerrar a vez. Outra forma menos frequente de encerrar a vez é o agradecimento final: “obrigada” ou “muito obrigada”.

(4) A saudação inicial enquanto forma de cortesia é frequente também: “Olá, bom dia”, “boa tarde, ...”. Para chamar a atenção do destinatário, alguns alunos usam a fórmula “desculpe, ...” a abrir a vez.

(5) A preocupação argumentativa de tornar o pedido aceitável revela a noção

⁹ João Costa (2008: 164) chama a atenção para a necessidade de o professor corrigir estes erros a partir da reflexão sobre a regra: “Será desejável que, à saída do Ensino Básico, os alunos sejam capazes de adequar o registo oral a diferentes contextos de formalidade e que dominem formas e expressões que não tornem o seu uso da língua factor de exclusão social. Há desvios à norma frequentes que decorrem da falta de hábitos de reflexão sobre a estrutura da língua: as dificuldades em flexionar o verbo “intervir”, o acento mal colocado na primeira pessoa do singular do presente do conjuntivo, ou a dificuldade em utilizar a mesóclise podem ser facilmente colmatadas se se formularem regras.”

que os alunos têm do tipo de acto ilocutivo em causa e pode ainda ser entendida como uma forma de delicadeza ou atenuação do pedido. Há várias respostas em que os alunos acrescentam orações subordinadas causais com valor explicativo ao seu pedido: “Senhora professora, será que podia-me emprestar o livro que estive a apresentar à turma, pois achei muito interessante e gostaria de o ler?”. E há formas de atenuação gramaticalmente marcadas como “emprestava-me *um pouco de cola*”, “*um bocado de cola*”, “*um bocadinho de cola*”, ou “fica-me com a mochila durante 10 *minutinhos?*”, “*apenas durante 10 minutos*”, “*só por 10 minutos*”.

São nítidas, no entanto, algumas dificuldades que diagnosticamos de seguida e exigiriam uma intervenção mais direccionada por parte da escola:

(1) As inadequações no emprego das formas de tratamento propriamente ditas devem ser destacadas, analisadas e devidamente corrigidas. Se é verdade que a maioria dos alunos as utiliza correctamente, dirigindo-se à empregada do correio por “Sr^a funcionária” ou só em terceira pessoa, numa forma de evitamento de que Carreira (2007) e Hammermuller (2004) já falaram, e se à funcionária da escola os alunos se dirigem sobretudo usando a forma “D. Rosa”, às vezes “a senhora” + 3^a pessoa (“a senhora empregada”, “a senhora funcionária não se importava”), há quem diga só “senhora” ou “Sr^a Rosa” (o que parece menos adequado (Carreira, 1994)), mas vários alunos acrescentam *você*, a seguir a “D. Rosa”, “*você* podia-me guardar a mochila”. Este uso é ainda mais problemático quando dirigido quer ao empregado dos correios quer à professora (“Setora, *você*,...”). Tal exemplo é aliás semelhante ao apresentado por Isabel Hub Faria: “Excelentíssimo Senhor Presidente, *você* não sabe que...”. Num dos testes, o *você* é mesmo acrescentado depois e por cima, prova de que o aluno, aliás de nível 4 a Língua Portuguesa, pensou e melhorou o seu texto, talvez porque, na sua variedade do português, o *você*, contrariamente ao que acontece na língua padrão, seja uma marca de respeito, como acontece em várias zonas geográficas do chamado Grande Porto¹⁰.

¹⁰ A complexidade do seu emprego no PE actual, “a quase generalização do uso do *você*” de que fala Gouveia (2008: 94) levam este autor a salientar a dificuldade em chegar “a um consenso relativamente à definição e descrição dos contextos de uso de *você* e das variáveis sociais a eles associados.” Creio que não se trata apenas de considerar variedades sociais, mas também diatópicas.

1. Dirija-se a uma empregada da sua escola que conheça e peça-lhe que lhe guarde a mochila durante 10 minutos: *Dirija-me à funcionária e perguntava-lhe: - senhora funcionária, se faz favor, poderia-me guardar a minha mochila durante 10 minutos?*
2. O João vai ao correio e precisa de pedir cola emprestada à funcionária. Escreva as palavras que o João dirige à empregada: *- senhora funcionária, poderia-me emprestar cola para eu tirar uma carta aos correios, se faz favor?*

Figura 1: *Você* acrescentado posteriormente

(Seja dito em aparte que os alunos da Escola A se dirigem à professora de formas tão variadas como: “Professora”, “Sr^a professora”, “a senhora Professora” e na modalidade mais informal, em cinco variantes: “Stora”, “S’tora”, “«Stora»” (as aspas talvez revelem a consciência do excesso de informalidade), “Setora” e “Stôra”).

(2) São claras as inadequações por hipercorreção. Num caso, uma aluna de nível 5 dirige-se à professora por “Vossa excelência” e há ainda outro uso de uma fórmula exageradamente distanciadora na oralidade, como “Excelentíssima senhora professora” ou até descabida, como “D. funcionário”.

(3) Outro aspecto a merecer intervenção, apesar do que acima ficou dito sobre o assunto, são as formas inadequadas de iniciar a vez, revelando alguma rudeza e podendo ser entendidas, pelo alocutário, como ameaças da face: “olhe, você podia”, “Ó D. Rosa” “Oh professora” e “Oh! Sr^a funcionária”.

Escola B

(1) Tal como na Escola A, os alunos procuram adequar correctamente a forma de tratamento ao destinatário e à finalidade do acto discursivo de pedido. O tratamento é sempre adequado: para a empregada é sempre “Menina”, exceptuando um caso “ – Desculpe, senhor /a ..., podia guardar-me a pasta durante 10 min?” e, para a professora, com excepção também de um caso de “Stora”, sempre “Professora”. Em relação à empregada dos correios, enquanto destinatária eventual do discurso redigido pelos alunos, há um claro evitamento das formas pronominal e nominal, começando a vez, geralmente, por “desculpe”, ou por uma saudação, seguida do verbo na 3^a pessoa.

(2) Reforçando uma tendência já visível na Escola A, na Escola B, em quase

todas as respostas, os alunos utilizam a indirectão como forma de delicadeza, ou de atenuação do acto de pedido: “Menina, acha que me podia guardar?”, “Menina, pode-me emprestar cola, por favor? Precisava para ir ao correio... Empresta-me?”, “Desculpe, importava-se de me guardar a mochila por 10 minutos? Obrigada”. É quase generalizado o uso do verbo *poder*, e, embora muito menos frequente, do futuro enquanto modalizador / atenuador: “Olá, boa tarde (ou bom dia, depende). Será que me podia guardar a mochila por dez minutos, por favor?”. Há um aluno que usa “guarde-me”, “empreste-me” no conjuntivo, sem qualquer atenuação do acto de pedido, mas todos os outros utilizam o imperfeito do indicativo de delicadeza, não havendo nenhum emprego do condicional. A preferência pelo imperfeito em detrimento do condicional, na escola B, talvez possa explicar-se pelo facto de o uso da forma de delicadeza por atenuação se ficar mais a dever a eventual “aquisição” natural feita em ambiente familiar, do que a “aprendizagem” formal e explícita originada na escola.

(3) Uso mais frequente do que na Escola A do atenuador do acto de pedido que se relaciona com um “código de boas maneiras”, a saber “se faz favor”, “por favor”, “fachabor” (sic) a encerrar a vez. Mais frequente também é o agradecimento final quase generalizado: “obrigada” ou “muito obrigada”.

(4) A saudação inicial enquanto forma de cortesia é quase generalizada também: “Olá, menina”, “bom dia, ...”. Para chamar a atenção do destinatário, muitos alunos, mais do que na Escola A, usam a fórmula “desculpe, ...” a abrir a vez.

(5) A já referida preocupação argumentativa de tornar o pedido aceitável, entendida como uma forma de delicadeza ou atenuação existe na Escola B, embora aqui menos nítida, como se os alunos soubessem que a delicadeza por eles utilizada é já suficientemente adequada ao acto de pedido. Notam-se também formas de atenuação gramaticalmente marcadas como “Boa tarde, será que me podia emprestar a sua cola, por favor? *Eu já a devolvo*. Muito obrigada”, “Pode-me guardar a mochila *só* um bocadinho, por favor?”, “ou “Bom dia / tarde, menina! Pode-me guardar por favor a minha mochila por uns minutinhos?” e “Podia *só* guardar a mochila enquanto vou *só* à secretaria tratar de um assunto? É *só* durante 10 min”.

Outras diferenças:

Na escola B, não se nota qualquer dificuldade no emprego das formas de tratamento propriamente ditas. Não há um só caso do uso de *você*. Não existe, igualmente, qualquer exemplo de hipercorreção. Não se notam formas inadequadas ou rudes de iniciar a vez: “Olá”, “Menina” e “Desculpe” são as mais utilizadas, havendo um só emprego inicial de “olhe, [Menina]”. Os alunos

parecem ser naturalmente mais competentes do ponto de vista da adequação discursiva, isto é, revelam mais capacidade para usar os marcadores linguísticos de relações sociais e as regras de delicadeza. A variedade de português que estes alunos falam em casa é, com toda a probabilidade, a variedade padrão, daí o uso adequado das formas de tratamento em particular e de outras normas de cortesia em geral.

No que respeita às 3 questões de escolha múltipla, não há uma relação sensível entre o número de respostas certas e as escolas, as habilitações dos pais, ou o nível de classificação dos alunos. Mas ela já se nota quanto ao uso do *você*: na escola A, os alunos optam dezanove vezes, erradamente, pelo *você*, o que, na escola B, só acontece 4 vezes. A escolha do “vós” é residual (quatro casos) e não relacionável com qualquer variável. Curiosamente, há também diferenças sensíveis quanto à idade: os alunos muito mais novos dirigem-se mais facilmente por *tu*, na rua, para pedirem uma informação a uma rapariga que não conhecem. Esta foi, aliás, a resposta em que menos alunos acertaram, talvez por lhes ter faltado o parâmetro sobre se a rapariga era da idade deles ou não e essa fosse uma variável fundamental para se decidirem entre o tratamento de 2ª ou 3ª pessoa. A consciência da importância da variável idade mereceu um comentário crítico de um aluno que vale a pena reproduzir e exigirá aperfeiçoamento da instrução numa futura aplicação de um teste da natureza do utilizado neste estudo.

5. Na rua, quer perguntar as horas a uma rapariga desconhecida.

Escolha o modo mais adequado de se lhe dirigir

- | | | |
|------------------------------|-------------------------------------|-----------------------|
| a. Você importa-se de... | <input type="checkbox"/> | |
| b. Importas-te de... | <input checked="" type="checkbox"/> | se for da mesma idade |
| c. A menina importa-se de... | <input type="checkbox"/> | |
| d. Importa-se de... | <input checked="" type="checkbox"/> | se for um o senhor |

Figura 2: a importância da idade (exemplo)

Conclusão: Algumas propostas de percursos pedagógicos

Face à análise de dados realizada, que desmente, em parte, os nossos receios, mantemos, no entanto, a convicção de que, em algumas escolas, tendo em conta as variedades diatópica e diastrática faladas pelos alunos, as suas características sociolinguísticas, terá de ser mais insistente o trabalho dos professores de Língua Portuguesa no que diz respeito quer a formas de tratamento, quer à

selecção de expressões adequadas para introduzir a tomada de vez, para que os adolescentes tenham pleno acesso ao português padrão e às formas de tratamento usadas na norma. Não descarto a hipótese de o facto de o teste ter sido aplicado pelas docentes de Língua Portuguesa em aulas desta disciplina ter influenciado positivamente as respostas dos alunos. Creio que é visível, no desempenho deles, o esforço dos docentes de ambas as escolas (sobretudo da A) para que as formas de tratamento e as normas de cortesia tivessem sido interiorizadas e utilizadas. Vale a pena, no entanto, prosseguir esse esforço, porque a escola não pode conformar-se com “o miserabilismo dos empregos correntes do português predominante hoje” (Mendes, M.V., 1992: 67). Apontaria, para terminar, algumas pistas possíveis:

1. A exposição dos alunos a *inputs* linguísticos variados que lhes sirvam de objecto de observação e descrição de dados, obviamente conduzidas pelo professor.

2. A formulação de regras, regularidades ou tendências.

3. A explicação dos diferentes usos e respectivos contextos feita pelo docente.

4. A resolução de exercícios de escolha múltipla e de jogos de simulação e desempenho de diferentes papéis sociais, em diversas situações e com diferentes intenções. Alterar as variáveis em jogo implica, frequentemente, modificar a forma de tratamento.

No que concerne ao ponto 1., a riqueza dos dados linguísticos a que a escola deve expor os alunos, sugere-se a recolha e análise de formas de tratamento na literatura¹¹, em filmes portugueses¹², telenovelas, outros programas de televisão e de rádio.

Alguns alunos precisarão mais destas aprendizagens do que outros. Mas, como escreveu Maria Armanda Costa (1996: 65), numa passagem em que distingue “aquisição” de “aprendizagem”, e que vale a pena recordar a propósito do ensino das formas de tratamento,

Não quer dizer que certas capacidades comunicativas e certos saberes linguísticos não se adquiram por exposição prolongada aos dados, pela persistência, pelos muitos

¹¹ Por exemplo, e por sugestão de Maria Helena Carreira, a leitura do conto de Mário Dionísio (1986) “Monólogo a duas vozes”, in *Monólogo a duas vozes*. Lisboa: Publicações D. Quixote. Defendo o trabalho com a língua a partir de textos literários, na senda de Fernanda Irene Fonseca (2002).

¹² À semelhança do que fez, para o italiano, Sylviane Lazard em « Les termes d’adresse dans l’usage italien des années 2000. Étude d’un corpus de film », em Dezembro de 2007, na Journée d’études “Mignonne, allons voir si la rose...” Termes d’adresse et modalités énonciatives dans les langues romanes, na Université Paris 8, in *Travaux et Documents* (no prelo).

erros que fazemos, pela intervenção dos conselheiros de imagem a que com sorte poderemos ter direito ao longo da vida, mas, sendo assim, aprende-se de forma demasiado lenta e penosa. É função da escola ensinar o que constitui novidade e acelerar o desenvolvimento, potenciar capacidades.”

Propomos, portanto, que as formas de tratamento sejam objecto de aprendizagem na escola. E, para tal, o professor tem de começar por estudar bem o que sobre elas há para saber, diagnosticar os problemas dos alunos, gizar um plano de intervenção, aplicá-lo utilizando materiais e estratégias variadas e avaliá-lo, porque, e cito a epígrafe de Fernanda Irene Fonseca escolhida, “o conhecer precede e condiciona o agir”.

Referências

- Carreira, M. H. 1997. *Modalisation linguistique en situation d'interlocution : proxémique verbale et modalités en portugais*. Louvain-Paris : Peeters
- Carreira, M. H. 2001. *Semântica e discurso, estudos de Linguística Portuguesa e Comparativa (Português/Francês)*. Porto : Porto Editora.
- Carreira, M. H. 2002. La designation de l'autre en portugais européen: instabilités linguistiques et variations discursives. *Instabilités linguistiques dans les langues romanes, Travaux et Documents*. 16: 173-184. (org. Carreira, M. H.), Paris: Université Paris 8.
- Carreira, M. H. 2004. Les formes d'allocution du portugais européen : valeurs et fonctionnements discursifs. *Franco-British Studies*, 35-45 (também no sítio do Instituto Cervantes de Paris, consultado em 02 /02/2008
http://cvc.cervantes.es/obref/coloquio_paris/ponencias/pdf/cvc_araujo.pdf)
- Carreira, M. H. 2007. Le pronom d'adresse portugais « você » : valeurs et évolution. In: Cuniță, A.; Lupu, C.; Tasmowski (Eds.), *Studii de lingvistică și filologie romanică. Hommages offerts à Sanda Reinheimer R»peanu*. București : Editura Universității din București, 15-19
- Cintra, L. F. L. 1972. *Sobre « formas de tratamento » na língua portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Comelleas, P. 2008. Os erros de tradução como pistas didácticas. In Dasilva, X. M. (Ed.), *Perfiles de la traducción hispano-portuguesa*, II. Vigo, Editorial Academia del Hispanismo, 93-111
- Costa, J. 2008. A gramática na sala de aula. In Reis, C. (Ed.), *Actas, Conferência Internacional sobre o Ensino do Português*. Lisboa : DGIDC, 149-165
- Costa, M. A. 1996. Se a língua materna não se pode ensinar, que professores temos de formar?. In Delgado-Martins, M. R. (Ed). *Formar professores de português, hoje*. Lisboa: Edições Colibri, 75-84

- Détric, C. 2006. *De la non-personne à la personne: l'apostrophe nominale*. Paris: CNRS Éditions
- Duarte, I. M. 2008. Termes d'adresse en portugais: linguistique, littérature et didactique , comunicação apresentada ao 3^{ème} Colloque International «L'Europe des Langues et des Cultures»: «Le sens et sa complexité», *Uniwersytet Jagielloński*, Cracóvia, 5-7 Junho 2008, a sair em *Synergies* n° 6 (2009)
- Duarte, I. M. 2007. Termes d'adresse, modalisation et discours rapporté en portugais, comunicação apresentada nas Journées d'Etudes *Formes d'adresse, modalités énonciatives et construction du discours*, 7 - 8 Dezembro 2007, Université Paris 8 – Saint Denis, a sair em Carreira M.H. (Ed.), *Termes d'adresse et modalités énonciatives dans les langues romanes*. Saint Denis: Université Paris 8, *Travaux et Documents* (no prelo)
- Duarte, I. M. 2008. Noms d'adresse dans le discours indirect libre de *Os Maias*: traductions espagnoles et française. In: Rîpeanu, S.; Iacob, M. (Eds.), *Estudios Hispánicos I, Lingüística y Didáctica*. Bucureşti: Editura Universităţii din Bucureşti, 107-118
- Faria, I. H. 2006. « Exmo Senhor Presidente, você não sabe que... ? ». In jornal *Público*, 18 de Janeiro de 2006
- Fonseca, F. I. 2002. Da inseparabilidade entre o ensino da língua e o ensino da Literatura. In: Mello, C. (Ed.), *Actas do V Congresso Internacional de Didáctica da Língua e da Literatura*. Coimbra: Almedina, 37-45
- Gouveia, C. 2008. As dimensões da mudança no uso das formas de tratamento em Português Europeu. In Duarte, I.M.; Oliveira, F. (Eds.) *O fascínio da Linguagem*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 91-100
- Hammermueller, G. 2004. Adresser ou eviter, c'est la question... Comment s'adresser à quelqu'un en portugais sans avoir recours à un pronom ou à une autre forme équivalente. (sítio do Instituto Cervantes de Paris, consultado em 02 /02/2008
http://cvc.cervantes.es/obref/coloquio_paris/ponencias/pdf/cvc_hammermueller.pdf)
- Mendes, M. V.. 1992. *A educação literária no ensino básico. O Professor*. 26 (3^a série)
- Ponce de León, R. 2008. Gramática y Traducción en la Historia de la enseñanza-aprendizaje del portugués en España La *Gramática Elemental de la Lengua Portuguesa* (Heidelberg, 1911) de Francisco Carrillo Guerrero. In: Dasilva, X. M. (ed.), *Perfiles de la traducción hispano-portuguesa*, II. Vigo: Editorial Academia del Hispanismo, 113-127
- Saramago, J.1984. *O Ano da Morte de Ricardo Reis*. Lisboa: Editorial Caminho
- Saramago, J. 1988. *L'année de la mort de Ricardo Reis*. Paris: Éditions du Seuil, (traduction Claude Fages).
- Silva, L. A. da. 2008. Cortesia e formas de tratamento. In Preti, D. (Ed.) *Cortesia Verbal*. S.Paulo : Humanitas, 177-192